

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 13ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, Ed. Extraordinária de 05/09/2022, págs. 1/28)

Dia: 13/09/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

#### PAUTA DESTA SESSÃO

##### PARTE I

- 1) Aprovação da Ata da 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022).

##### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

###### Processos com Pedidos de Vista

###### Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Dr. Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Acre  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

###### Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

3) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

5) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
- Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
- Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 9) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50  
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;  
Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90  
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiantes. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)  
Recorrente: Gamil Foppel El Hireche  
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz
- 13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58  
Requerente: Cristiano Zanin Martins  
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 14) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80  
Requerente: Ademir Antonio Brunetto  
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

16) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

17) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05  
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 20) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34  
Requerente: Rainor Ido da Silva  
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00675/2022-07 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Vitor Hanna Pereira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins  
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE  
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Descumprimento do Estatuto da Deficiência pela banca examinadora. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2022-52 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Vitor Hanna Pereira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins  
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE  
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Desconstituir o ato administrativo que considerou o requerente inapto na avaliação psicológica. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedidos de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

- 23) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01277/2021-09  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Militar  
Advogados: Valdetario Andrade Monteiro – OAB/DF n.º 53281; Robson Sabino de Sousa – OAB/CE n.º 16.141; Miguel Leal Neto – OAB/CE n.º 24.160; André Arraes de Aquino Martins – OAB/CE n.º 18.568; Rodrigo Portela Oliveira – OAB/CE n.º 24.133; Vitor de Holanda Freire – OAB/CE n.º 19.556  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público Militar; Ministério Público Militar  
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação ofensiva à figura da mulher. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00734/2021-02. Portaria CNMP-CN N° 91/2021.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro



- 24) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20  
Requerente: Jose Carlos Guillem Blat  
Advogado: Vinicius Guerballi – OAB/SP n.º 362467  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00332/2022-43 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 26) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00334/2022-50 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00625/2022-76  
Requerente: Antonio Rolemberg Feitosa Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conselho Superior. Suspensão dos efeitos apenas do Edital de Remoção nº 09/2022. Desrespeito aos preceitos atinentes à LC n.º 12/1994. Determinação para que o Edital de Remoção nº 09/2022 para o cargo de 3º Promotor de Justiça da Cidadania de Caruaru seja retirado do rol de movimentação. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.00780/2022-00 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Ministério Público do Estado do Amapá  
Recorridos: Ministério Público Eleitoral e Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ministério Público Eleitoral. Conflito positivo de atribuição. Processo nº 06000039-17.2021.6.03.0002, em trâmite no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, no qual consta Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá como um dos investigados. Reclamação Disciplinar nº 1.01333/2021-33 – CNMP.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 29) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal

- 31) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 32) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 33) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 34) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

## Processos Remanescentes

### Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

35) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

### Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

### Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

37) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

38) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

39) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

40) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

41) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

42) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

44) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Paraná

- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167  
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40  
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 47) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)  
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho  
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Paraná

- 49) Proposição nº 1.00477/2022-35  
Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Sigiloso  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 52) Pedido de Providências nº 1.00080/2022-52 (Recurso Interno)  
Recorrente: Lidio Soares Maciel  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato em face da Companhia de Engenharia de Trânsito – CET de Santos/SP. Arquivamento.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo



- 53) Proposição nº 1.00138/2022-02  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 54) Conflito de Atribuições nº 1.00188/2022-27  
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.001645/2022-30. Apuração de irregularidades para início das aulas presenciais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Suposto desacordo com o decreto estadual e contrato educacional firmado entre as partes. Pandemia COVID-19.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: São Paulo
- 55) Reclamação Disciplinar nº 1.00228/2022-95 (Recurso Interno)  
Recorrente: Clerines Claro da Rosa  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Santa Catarina
- 56) Pedido de Providências nº 1.00350/2022-25 (Recurso Interno)  
Recorrente: Danilo Antônio Amaral  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Ibaté. Alegação de recusa em ser ouvido por representante ministerial.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

57) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio

Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP n.º 404.214

Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: São Paulo

58) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18

Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins

Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Ceará

59) Proposição nº 1.00326/2022-13

Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

60) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho

Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Federal

61) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)

Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca

Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107

Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

62) Conflito de Atribuições nº 1.00213/2022-72 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Embargado: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ nº 2021.00633507. Apuração dos crimes previstos no art. 317 e art. 333, do Código Penal e art. 1º, § 1º, II da Lei n.º 9.613/1998 (corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro). Contratação da empresa NEOWAY por parte da BR DISTRIBUIDORA, na qual teria ocorrido o pagamento de vantagem indevida a deputados federais.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Rio de Janeiro

- 63) Proposição nº 1.00478/2022-99  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Advogados: Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Lucas de Almeida – OAB/RS n.º 109.911  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 237/2021. Tratamento igualitário às gestantes e lactantes, bem como aos membros(as) e servidores(as) adotantes, assegurando a estes grupos de pessoas as mesmas condições especiais de trabalho.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal
- 64) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2022-06  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000986/2022-03. Apuração de possível descumprimento de carga horária do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Uso indevido de automóvel para fins particulares. Município de Senador Georgino Avelino/RN.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Rio Grande do Norte
- 65) Proposição nº 1.00622/2022-05  
Requerente: Paulo Cezar dos Passos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2022 (23/08/2022)

67) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04

Requerente: Empresa Pedrosa Ltda  
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP n.º 407.087  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região – PE  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica  
Advogados: Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Pernambuco

68) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal

69) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73

Requerente: Município de Porto Velho  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação nº 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rondônia

- 70) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00300/2022-00 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Maria Tania Coelho da Silva Alves  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Alegação de omissão do Parquet estadual em executar sentença judicial. Possível negligência com menor de idade. Município de Petrolina.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Pernambuco
- 71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00575/2022-63  
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto  
Advogado: Gabriel Ramalho Lacombe – OAB/DF n.º 15110  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Solicitação por parte de Promotor de Justiça de Panamá/GO para residir em Itumbiara/GO. Indeferimento. Alegação de inexistência da Comarca de Panamá, após Resolução nº 178/2021, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Goiás
- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00787/2022-96  
Requerente: Sandro Leal Costa  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provisão de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Anulação. Questão 02 do Grupo III. Provas subjetivas. Determinação para atribuição da pontuação aos candidatos ou reaplicação das provas. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (13/09/2022)

- 73) Proposição nº 1.00220/2019-05  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

- 74) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00270/2019-38 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Antonio Fernando Miranda – OAB/SP nº 33119; Fernanda Barretto Miranda Daolio – OAB/SP nº 198176; Jessica de Lima Macedo – OAB/SP nº 384838; Leonardo Carvalho Rangel – OAB/SP nº 285350  
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Conduta incompatível com o cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00674/2016-24. Portaria CNMP-CN nº 30/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo
- 75) Proposição nº 1.00301/2019-05  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 76) Proposição nº 1.00708/2019-32  
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 77) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 78) Reclamação Disciplinar nº 1.00454/2021-95  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Piauí

- 79) Procedimento Avocado n° 1.01165/2021-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre  
Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar n° 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP n° 1.00601/2021-72.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Acre
- 80) Proposição n° 1.00139/2022-58  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução n° 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal
- 81) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00154/2022-79  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n° 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n° 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n° 20.800  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Ministério Público Federal  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Mossoró/RN. Reclamação Disciplinar n.º 1.01257/2021-01.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Norte
- 82) Reclamação Disciplinar n° 1.00234/2022-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Carlos Eduardo Lima  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: São Paulo



- 83) Inspeção nº 1.00381/2022-12 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Interessado: Ministério Público do Estado Amazonas  
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo de Inspeção Extraordinária Sigilosa realizada em unidade do Ministério Público do Estado Amazonas.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Amazonas
- 84) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32  
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Ceará
- 85) Correição nº 1.00437/2022-57  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no Ministério Público do Estado da Bahia, nos municípios de Salvador, Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Alagoinhas, nas unidades com atribuição na área de segurança pública.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Bahia
- 86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00445/2022-94 (Recurso Interno)  
Recorrente: André Luiz de Almeida Silva  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Indeferimento de solicitação de reembolso de auxílio-saúde. Resolução CNMP n.º 223/2020.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Goiás
- 87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00471/2022-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sérgio Belchior de Paula  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Indeferimento de solicitação de reembolso de auxílio-saúde. Ato PGJ nº 01/2022. Resolução CNMP nº 223/2020. Determinação para o recebimento dos valores atualizados, a partir da solicitação.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Goiás

- 88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00586/2022-61  
Requerente: Fabrício José da Fonseca Pinto  
Advogado: Luís Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça. Reconhecimento ao direito à percepção de auxílio-moradia. Conforme previsto na Resolução CNMP nº 194/2018. Determinação para o ressarcimento dos valores despendidos pelo requerente com moradia na Comarca de Belo Horizonte/MG.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Minas Gerais
- 89) Consulta nº 1.00621/2022-51  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Expedição de declaração atestando o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares necessários ao porte e à aquisição de armas de fogo por membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Paraná
- 90) Proposição nº 1.00630/2022-42  
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 91) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00642/2022-02  
Requerente: Francisco Ismael Capibaribe de Sousa  
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão de processo disciplinar. Sindicância nº. 10.2020.00000205-0. Procedimento Preliminar nº 10.2020.00000173-9. Revisão da decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Ceará
- 92) Proposição nº 1.00647/2022-72  
Requerente: Paulo Cezar dos Passos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 31, inciso X, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

- 93) Proposição nº 1.00653/2022-00  
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 94) Reclamação Disciplinar nº 1.00668/2022-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: Juarez Gomes Ribeiro  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Ceará
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00684/2022-90  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento eletrônico SIMP 006685-010/2020 (Inquérito Civil). Apuração de responsabilidade civil por danos ambientais no Córrego Piscina, decorrentes de obra de canalização de águas pluviais oriundas da BR-364, realizada pelo DNIT, no Município de Rondonópolis/MT.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Mato Grosso
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00699/2022-02  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento de Conflito de Atribuição nº 1.00.000.021172/2020-13. Apuração de eventual ato de improbidade administrativa e danos ao erário em decorrência de fatos constatados através de auditoria realizada junto ao CADIM (Centro de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos) de Várzea Grande/MT.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Mato Grosso

- 97) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00705/2022-12  
Requerentes: Audicelia Lopes de Carvalho; George de Oliveira Barbosa Junior; Romulo Oliveira da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de ameaças e violência física e psicológica, bem como injúria racial, no âmbito de grupo de aplicativo "WhatsApp", da empresa Vale S/A. Alegação de negligência e omissão do Parquet em apurar o caso.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Pará
- 98) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76  
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: Comissão de Infância e Juventude  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.  
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto  
Origem: Bahia
- 99) Pedido de Providências nº 1.00707/2022-20  
Requerente: Rafael Cavalcante Santana  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle da atuação. Procedimento nº 103000.961.20198260001. Ação de guarda de menor. Manifestação do Ministério Público do Estado de São Paulo para remessa dos autos à Comarca de Santarém/PA. Prejuízos ao requerente.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo
- 100) Conflito de Atribuições nº 1.00709/2022-37  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 08191.081805/2022-71. Apuração de suposto descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, referente à venda irregular de anabolizantes por meio de sítio eletrônico.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais

101) Conflito de Atribuições nº 1.00720/2022-33

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Procuradoria da República – Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 608.0.215018/2012. Apuração de supostos atrasos nos pagamentos das remunerações dos funcionários. Verbas do FUNDEB. Município de Jequié/BA.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Bahia

102) Pedido de Providências nº 1.00721/2022-97

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Acúmulo de processos na Promotoria de Justiça da Comarca de Formosa do Rio Preto, bem como situação de abandono. Constantes remoções e permutas de Promotores, gerando instabilidade e prejuízos no trabalho ministerial.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Bahia

103) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00725/2022-01

Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará  
Requeridos: Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará; Francisco Edson de Oliveira  
Interessado: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 09.2021.00009865-2. Avaliação periódica de desempenho de servidor. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Ceará

104) Conflito de Atribuições nº 1.00761/2022-75

Requerente: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Requerido: Procuradoria da República – Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. NF nº 004706-500/2022. Apurar ausência de prestação de contas dos recursos do FUNDEB e irregularidades no Conselho do FUNDEB, sob responsabilidade do Prefeito de São Luís, Eduardo Salim Braide, e do Vereador Antônio Marcos Silva (Marquinhos).  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Maranhão

105) Conflito de Atribuições nº 1.00781/2022-64

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.001.000135/2022-38. Apuração de denúncias face ao Município de Buerarema, por não pagamento do piso nacional aos professores municipais, bem como do rateio anual do FUNDEB do exercício de 2021.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Bahia

106) Pedido de Providências nº 1.00782/2022-18 (Recurso Interno)

Recorrente: Silas Pereira Missão  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Arquivamento da Notícia de Fato MPMG-0517.21.000052-0. Alegação de desconsideração de provas testemunhais pelo Parquet.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Minas Gerais

107) Conflito de Atribuições nº 1.00784/2022-25

Requerente: Ministério Público do Estado do Piauí  
Requerido: Procuradoria da República – Piauí  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 009/2018 – SIMP – 000250-195/2017. Apuração de possível ausência de repasses previdenciários de servidores públicos municipais recolhidos pelo gestor do Município de Itauera-PI.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Piauí

108) Conflito de Atribuições nº 1.00793/2022-16

Requerente: Procuradoria da República – Goiás  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.18.000.000465/2022-94. Apuração de notícia de suposto abandono das obras de construção de Unidade Básica de Saúde da Família (UBS), localizada no Setor Vale do Sol, em Indiara/GO.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Goiás

109) Pedido de Providências nº 1.00800/2022-80

Requerente: Josimar Ferreira da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: Pablo Antonio Cordeiro de Almeida  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. IDEA 297.9.40242.2022. Desatenção quanto à preservação de sigilo dos dados pessoais do requerente no andamento do procedimento na promotoria de justiça. Solicita apuração da forma como seus dados pessoais foram compartilhados com o denunciado.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia

110) Pedido de Providências nº 1.00809/2022-72

Requerente: Murilo de Oliveira e Souza  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Negativa de acesso aos autos de inquérito civil, não sigiloso, referente ao Hotel Vila Boa. Disponibilização restrita às informações de andamento do inquérito. Inobservância do direito de acesso à informação.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Goiás

111) Conflito de Atribuições nº 1.00813/2022-95

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.026.000115/2021-26. Apuração de possível prática de crimes licitatórios no PL n.º 218/2013, na modalidade Carta Convite 015/2013, perante a Prefeitura de Limeira do Oeste/MG.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Minas Gerais

112) Conflito de Atribuições nº 1.00814/2022-49

Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás  
Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral – Rio de Janeiro  
Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral – Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Autos Extrajudiciais n. 202200128903. Relatório de Inteligência Financeira – RIF de protocolo nº 37444.200.3483.5367. Apuração de movimentação atípica de uma conta bancária relativa à campanha eleitoral de deputado federal.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Rio de Janeiro

113) Conflito de Atribuições nº 1.00818/2022-63

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.14.007.000017/2020-16. Apuração de supostas irregularidades na gestão do Programa Minha Casa, Minha Vida, em razão da não ocupação dos imóveis pelos titulares contratuais. Município de Vitória da Conquista/BA.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia

114) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00847/2022-43

Requerente: André Amaral Medeiros  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para Provimento de Cargos de Promotor da Justiça Militar (12ª CPJM). Anulação de questões aplicadas ao Grupo III. Violação das regras gerais previstas em edital. Requer o impedimento da divulgação de notas ou da possível eliminação de candidatos com base em pontuação atribuída em questões com conteúdo não previsto no edital do certame. Requer o impedimento de aplicação de penalidade aos que não observaram o limite de linhas por ausência de previsão no edital e na Resolução nº 107/CSMPM. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

115) Conflito de Atribuições nº 1.00852/2022-10

Requerente: Ministério Público do Estado do Piauí  
Requerido: Procuradoria da República – Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Ministério Público Federal no Piauí. Conflito negativo de atribuição. SIMP nº 000188-361/2022. Notícia de Fato nº 1.27.001.000020/2022-95. Sala de Atendimento ao Cidadão nº 20210104481. Cidade de Picos/PI.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Piauí

116) Conflito de Atribuições nº 1.00853/2022-73

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 1504791-61.2019.8.26.0554, em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apuração de crime de estelionato. Comarca de São Paulo/SP. Comarca de Patos/PB.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Paraíba



117) Conflito de Atribuições nº 1.00854/2022-27

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.003183/2022-34. Procedimento MPRJ nº 2022.00582348. Inquérito Policial nº 042-04094/2022. Apuração de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (artigos 5º e 16, da Lei nº 7.492/86).  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Rio de Janeiro

118) Conflito de Atribuições nº 1.00855/2022-80

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 5000294-48.2021.4.02.5105. Apuração de possível prática do crime de estelionato, consistente na celebração fraudulenta de contratos de empréstimo consignado em nome de segurado do INSS junto ao Banco BMG. Comarca de Nova Friburgo/RJ.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

119) Conflito de Atribuições nº 1.00857/2022-98

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.005465/2021-46. Notícia de Fato 38.0007.0000119-2021. Apuração de suposto crime de estelionato. Fraude em captação de investimentos para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Ausência de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: São Paulo

120) Proposição nº 1.00860/2022-57

Requerente: Antônio Augusto Brandão de Aras  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Ordem do Mérito do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

121) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00861/2022-00

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provedimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de suspensão imediata do concurso até que sejam sanadas todas as irregularidades. Pedido para que sejam observados nos Grupos I, II, III e IV os mesmos critérios de correção. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

122) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00867/2022-32

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provedimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Anulação da Prova do Grupo III. Questões nº 01-A, nº 02-A, B, C, nº 03-E e/ou nº 04. Determinação para publicação de novo edital com a retificação da lista de aprovados. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

123) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00868/2022-96

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provedimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Anulação da Prova do Grupo III. Questões nº 01-A, nº 02 nº 03 e nº 04. Nova correção e a determinação para que não seja aceita a possibilidade de realização de parecer em relação às questões 2 e 3 do Grupo I, por ser inovação no espelho de correção. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

124) Pedido de Providências nº 1.00869/2022-40

Requerente: Wanderley Alves de Oliveira  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Processo nº 1502908-39.2021.8.26.0577 – JECRIM. Processo nº 1523534-50.2019.8.26.0577 – JECRIM. Falta de comunicação a respeito das decisões proferidas nos mencionados procedimentos. Comarca de São José dos Campos/SP.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: São Paulo

125) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00895/2022-69

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para Provimento de Cargos de Promotor da Justiça Militar. Requer anulação das provas subjetivas e realização de novas provas considerando a incompatibilidade do conteúdo das questões com o previsto no edital do certame.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

126) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00896/2022-12

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para Provimento de Cargos de Promotor da Justiça Militar. Pedido de revisão do espelho de prova do grupo III e a consequente anulação das questões 1.a, 2 e 4 da respectiva prova subjetiva. Requer anulação integral da prova subjetiva do Grupo III e a consequente reaplicação. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

127) Conflito de Atribuições nº 1.00914/2022-84

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. NF nº 1.30.009.000156/2022-30. IP nº 126-05466/2019. Suposto comércio ilegal de aparelhos telefônicos anunciados em site de comércio eletrônico – OLX.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Rio de Janeiro

128) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00915/2022-38

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público Militar  
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões nº 1 (item A) e nº 2 (alíneas B e C) da prova discursiva referente ao Grupo III/A. Solicita publicação de nova lista de aprovados para a fase oral do certame. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

129) Conflito de Atribuições nº 1.00926/2022-36

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Protocolo Unificado nº 02.2022.00093408-9. Processo criminal tombado sob o nº 1501899-56.2020.8.26.0228. Aplicação de sentença de multa penal não recolhida. Crime de tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006). 3ª Promotoria de Justiça Criminal de São Paulo/SP. 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Corumbá/MS.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo

130) Conflito de Atribuições nº 1.00930/2022-59

Requerente: Ministério Público do Estado de Goiás  
Requerido: Procuradoria da República – Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Autos Administrativos nº 202200315460. Notícia de Fato nº 1.18.000.001433/2022-14. Apuração de suposta fraude contra empresa. Comarca de Goiânia/GO.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Goiás

131) Conflito de Atribuições nº 1.00939/2022-41

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.26.004.000119/2022-02. Apuração de comercialização ilegal de arma de fogo, vinculada à prática desportiva, com divulgação e exposição à venda por meio de vídeos e publicações em conta de rede social. 9 MM – CDT – SERVIÇOS & TREINAMENTOS. Município de Cabrobó/PE.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Pernambuco

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**